



**Assembleia Municipal**

## **ACTA Nº 14**

### **Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de Abril de 2011**

Aos 29 dias do mês de Abril de 2011 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça, na presença de todos os seus membros. A saber: Mário Raul Santiago do Céu, Ana Paula Agostinho Matias, Maria Graciete Agostinho Brito, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Fernando Manuel Pereira Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, João Manuel de Jesus Brito, Lúcio António Vieira Amaral, Henrique Miguel Caetano Santana, Marco António Heleno Domingos da Silva, António Alberto V. da Costa, Joana de Brito Monteiro Serrano, Rosa Maria da Silva Ramiro Pereira e Miguel Ângelo Lopes Eusébio. Estiveram ainda presentes os vereadores Regina Ferreira, Luís Garrotes, Mário Peixinho e Carlos Pereira. Verificou-se a ausência de um deputado do PS.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 21.00 horas.

Considerando que a constituição da Mesa estava incompleta devido à ausência do Segundo Secretário, o Presidente perguntou às diferentes Bancadas se existia alguém disponível para tomar o lugar.

O deputado Henrique Santana tomou o lugar do Segundo Secretário, completando a constituição da Mesa.

O Presidente da Assembleia passou a ler uma carta redigida pelo Presidente da Câmara, datada de 20 de Abril de 2011, e dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça. A carta dava conta da suspensão de funções do Presidente a partir da data da

redacção da carta, até ao dia 5 de Junho de 2011. A suspensão de mandato decorre da incompatibilidade do desempenho das funções para que foi eleito e da sua actual candidatura à eleição dos deputados da Assembleia da República, disputada a 5 de Junho de 2011.

O deputado Fernando Ramalho perguntou ao Presidente da Assembleia quem iria substituir o Presidente da Câmara durante o período de suspensão de funções.

O Presidente da Mesa explicou que, tal como decorre da lei, será o Vice-Presidente, Carlos Pereira, a assumir essas funções.

### **Período de Intervenção do Público**

Intervenção da munícipe Vera Lúcia Santos Noronha. A munícipe dirigiu-se à Assembleia para perguntar ao Presidente da Mesa a razão pela qual ainda não respondeu ao seu requerimento de 18 de Março. Nesse requerimento a munícipe solicitava cópia autenticada de quatro documentos da Assembleia, dois dos quais assinados pela própria munícipe no tempo em que era Presidente desse órgão e os outros dois as respostas a esses ofícios. Segundo a munícipe, de acordo com a lei do acesso aos documentos administrativos, existe um prazo estipulado em dez dias para a respectiva resposta.

Depois de ler o requerimento da munícipe, o Presidente da Assembleia explicou que após recepção do documento foi aferir sobre o tipo de documentação requerida. Assim, juntamente com a documentação em causa, o Presidente da Assembleia encontrou um antigo requerimento da parte do deputado Celestino Brasileiro requerendo à então Presidente da Assembleia, Vera Noronha, os mesmos documentos que esta vem agora requerer. Para além desse requerimento, o Presidente encontrou ainda apenso à entrada de correspondência que a munícipe solicita uma nota assinada por si própria dizendo que o pedido do deputado Celestino Brasileiro tinha sido indeferido com base no parecer da Associação Nacional de Municípios que citava as leis 65/93 de 26 de Agosto, 8/95 de 29 de Março e 94/99 de 16 de Julho. Isto significaria que estes mesmos documentos que a munícipe estava supostamente a requerer teriam por ela mesmo sido recusados aquando de um requerimento análogo por parte de um eleito desta Assembleia. Ao ter conhecimento da

existência do parecer da Associação de Municípios adverso ao fornecimentos dos elementos então requeridos, o Presidente considerou ser prematuro da sua parte estar a contrariá-lo, e optou por pedir novos pareceres sobre o assunto, um à Associação de Municípios e outro aos serviços jurídicos da autarquia. O parecer dos serviços jurídicos da Autarquia é favorável à pretensão da agora munícipe, mas o parecer da Associação Nacional de Municípios é dúbio, e como o Presidente não quis cometer alguma ilegalidade, decidiu então pedir um terceiro parecer ao consultor jurídico da Câmara Municipal. Neste momento o Presidente aguarda a resposta e assim que a tiver comunicará à munícipe a decisão.

A munícipe voltou a intervir dizendo que o Presidente da Assembleia está a fazer confusão, uma vez que não está a pedir cópia dos documentos mas sim uma cópia autenticada da correspondência trocada a propósito do pedido desses documentos. Trata-se pois de troca de correspondência e, portanto, de documentos administrativos, tipo de documentação que, segundo o disposto na lei, alega poder ser requisitada por qualquer cidadão a qualquer momento. Na altura, o que a munícipe refere ter recusado e na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal ao eleito Celestino Brasileiro foi um documento nominativo, e por essa razão recusou o requerido. Em todo o caso, e mesmo admitindo que o seu pedido possa ter suscitado dúvidas, a munícipe entende que o Presidente deveria ter respondido à sua pretensão no prazo máximo de dez dias, tal como está previsto na mesma lei.

O Presidente da Assembleia afirmou que o conceito de documento nominativo ou administrativo não é muito claro, e não sendo ele nem a munícipe jurista, tanto que até os próprios juristas têm dúvidas ao classificar os documentos, como ficou provado pela divergência de opiniões dos dois pareceres que o Presidente solicitou. Para comprovar, o Presidente leu um excerto do parecer emitido pela Associação Nacional de Municípios. Quanto à resposta, o Presidente tem conhecimento que por várias vezes os serviços de apoio à Assembleia explicaram informalmente a situação à munícipe. Em todo o caso, o Presidente prometeu que tentará ser célere a apurar a legalidade do pedido e a dar uma resposta à munícipe.

A munícipe mostrou-se disponível para esperar mais 10 dias úteis, data a partir da qual, caso não obtenha resposta, accionará os mecanismos legais.

### **ACTAS**

Procedeu-se à apreciação e votação da acta nº11, de 25 de Fevereiro de 2011.

Com as correcções introduzidas pelo deputado Paulo Sardinheiro, a acta foi aprovada por maioria com duas abstenções dos deputados Fernando Ramalho e Lúcio Amaral.

Os deputados abstiveram-se porque não estiveram presentes na sessão à qual a acta se reporta.

Passou-se à apreciação e votação da acta nº12, referente à sessão extraordinária realizada no dia 15 de Março de 2011.

Não havendo intervenções, passou-se à votação da acta nº 12, tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções da deputada Rosa Ramiro e do deputado Fernando Ramalho, que se abstiveram por não terem estado presentes.

### **Período Antes da Ordem do Dia**

Intervenção do deputado Marco Silva lendo uma saudação aos militares de Abril e ao povo português pela devolução da liberdade e pela instauração da democracia em 25 de Abril de 1974.

Passou-se à votação da saudação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado pediu uma apreciação da reunião que o Executivo teve com uma consultora de turismo na sequência de uma proposta sua. Pediu também um ponto de situação relativamente ao projecto de desenvolvimento turístico do Concelho.

Chamou em seguida a atenção para o estado de abandono em que se encontram as barracas do observatório do Paul da Goux e perguntou quem é que gere aquele espaço.

O deputado foi informado da intenção de criar uma plataforma para ajudar os agricultores de Alpiarça e pergunta por isso se a Câmara está envolvida no desenvolvimento dessa iniciativa e esclarecimentos adicionais.

Por último, em relação aos buracos identificados na Zona Industrial, assunto que tinha mencionado na última Assembleia, o deputado perguntou se já foram tomadas algumas medidas.

Tomou a palavra em seguida o deputado Fernando Ramalho. Partindo do conhecimento de que o Museu dos Patudos esteve fechado no Domingo de Páscoa, e embora sabendo que a abertura ao público de um espaço como esse aos dias Feriados acarreta para a Autarquia despesas adicionais, o deputado questiona se, ainda assim, não seria apropriado ter aberto o Museu nos dias em que as pessoas não trabalham e, logo, podem visitar museus, colmatando com o número de visitas o acréscimo de despesa da autarquia com o pessoal. O deputado estranha tanto mais que o Museu estivesse fechado quanto a Autarquia não se coibiu de dar tolerância de ponto na quinta-feira santa de manhã, ao contrário de todas as outras autarquias do país, assumindo por isso o prejuízo de ter os serviços parados durante aquele período, numa altura em que o país atravessa uma grave crise.

O deputado perguntou em seguida se o almoço constante no programa oficial das comemorações do 25 de Abril foi realizado num pavilhão da Câmara, ou se se tratava do mesmo almoço divulgado por cartazes do Partido Comunista a realizar no pavilhão desse partido. Defende o deputado que, se se tratou do mesmo almoço, é inadmissível que uma iniciativa partidária tenha sido incluída no programa oficial. Com essa atitude não se defende o espírito do 25 de Abril. O deputado lamentou também que no cartaz do Partido Comunista que divulgava a iniciativa se designasse o local da realização do almoço como Restaurante do Partido. O deputado considera que se trata de uma forma velada de sectarismo, dado que existem vários partidos em Alpiarça para além do PCP.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado testemunhou, em nome da sua bancada, o regozijo que sentiram por recentemente terem tido conhecimento do visto do Tribunal de Contas ao Plano de Saneamento Financeiro da Autarquia. Na sequência da aprovação deste Plano pelo Tribunal de Contas, o Município já pôde contrair o empréstimo que estava aprovado e assim já pôde efectuar o pagamento da dívida a fornecedores de Alpiarça, o que representa um grande estímulo para a economia local, já que alguns desses fornecedores precisavam muito desse dinheiro para resolverem os seus próprios problemas financeiros. O deputado leu alguns excertos da acta da sessão de 15 de Março, na qual os deputados Paulo Sardinheiro e Graciete Brito manifestavam o seu cepticismo em relação à aprovação deste plano, que consideravam confuso e mal elaborado. A aprovação por parte do Tribunal de Contas veio provar que estavam errados. O deputado referiu ainda que o pagamento das dívidas a fornecedores dá a possibilidade à Autarquia de renegociar a dívida com outras empresas, e terminou deixando uma palavra de apreço à empresa POC-Alentejo, tão criticada pelo PS mas que muito trabalhou para que este plano pudesse ser efectivado, e aos vereadores e funcionários da autarquia, sem os quais este plano nunca teria sido elaborado.

Interveio em seguida o deputado João de Brito, felicitando o vereador Mário Peixinho por ter tomado em consideração as recomendações que o deputado fez a propósito de algumas situações relacionadas com o trânsito. O deputado felicitou ainda o deputado Fernando Ramalho por não concordar com a tolerância de ponto concedida pela Autarquia na quinta-feira Santa, opinião que ambos os deputados partilham. Entende o deputado que com a tolerância de ponto concedida pela Autarquia e com a tolerância de ponto concedida pelo Governo o país gastou desnecessariamente recursos que fazem muita falta para outras coisas mais importantes.

O deputado Marco Silva voltou a pedir a palavra para congratular a Assembleia Municipal e o Executivo pela forma como este ano foi comemorado a sessão solene do 25 de Abril.

O deputado Paulo Sardinheiro voltou a intervir referindo-se às declarações do deputado Celestino Brasileiro. O deputado começou por afirmar que um dos benefícios que o 25 de Abril trouxe foi a possibilidade de hoje estarmos a discutir opiniões diferentes numa

Assembleia Municipal e inclusivamente podermos discordar de uma decisão do Tribunal de Contas sem sermos presos. De facto, o PS votou contra esta proposta de Plano de Saneamento Financeiro porque não concordava com algumas características do plano, dado que o PS nunca se opôs a uma consolidação de dívidas ou a um financiamento de longo prazo para pagar dívidas que estavam em atraso. Uma das características do Plano é, por exemplo, incluir para efeitos de financiamento, e logo para pagamento de financiamento a longo prazo, um conjunto de despesas que são de carácter corrente. Assim, uma despesa que por hipótese custaria hoje cinquenta euros, paga a dez anos custará cento e cinquenta euros. Nessa medida, o PS não pode concordar com a justeza desta solução. De qualquer forma, o PS está contente pelo facto de o Plano ter sido aprovado, embora não concorde com a sua substância.

O deputado Marco Silva voltou a pedir a palavra. Lembrou ao deputado Paulo Sardinheiro que a despesa corrente também é dívida e que o PS nunca concordou com nenhum plano nem sequer apresentou uma alternativa credível.

O deputado Paulo Sardinheiro evocou a Defesa da Honra para lembrar ao deputado Marco Silva que a Bancada do PS pediu um segundo cenário feito por uma empresa independente para ser apresentado em comparação com o estudo que deu origem ao Plano de Saneamento Financeiro. Esse trabalho não cabe à bancada do PS, nem sequer à bancada da CDU, mas ao Executivo, já que é o Executivo quem tem acesso às contas e à informação. Um segundo cenário permitiria que se pudesse decidir pelo melhor cenário possível sem comprometer o futuro do Município.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Vice-Presidente, agora Presidente da Câmara em exercício, Carlos Pereira, que passou a responder às questões que lhe foram colocadas.

O Vereador Carlos Pereira começou por confirmar que o Executivo se reuniu com a empresa ILM, consultora de turismo, a qual apresentou algumas ideias para o desenvolvimento turístico do Complexo dos Patudos. No mesmo âmbito foram ainda consultadas mais duas empresas, pelo que neste momento o Executivo encontra-

se em fase de análise das propostas, não tendo respondido a nenhuma das empresas.

Quanto ao facto de a Casa dos Patudos estar fechada ao Domingo de Páscoa, o Vereador explicou que o horário em vigor já vem dos anteriores executivos. Em todo o caso, a Páscoa é uma quadra de encontro familiar e é normal que qualquer funcionário goste de passar esta época junto da sua família.

Em relação ao almoço do 25 de Abril, o Vereador explicou que esta iniciativa já anteriormente fazia parte do programa e a designação constante no programa visava apenas elucidar as pessoas do local onde se ia realizar, dado que em Alpiarça toda a gente conhece aquele espaço pela aquela designação. Não se trata portanto de sectarismo.

O Vereador também não quis deixar de demonstrar a sua satisfação pela aprovação do Plano de Saneamento Financeiro por parte do Tribunal de Contas, e de referir que esta aprovação só veio confirmar que a solução encontrada por este Executivo era a solução correcta, tanto mais que não havia outra alternativa. Aproveitou também para agradecer em nome do Executivo o trabalho desenvolvido pela equipa da POC-Alentejo, na pessoa do Sr. Jorge Pinto, assim como a todos os funcionários da Autarquia que estiveram ligados ao processo. Neste momento a Autarquia encontra-se no processo de pagamento das dívidas, sendo que se optou por fasear esse pagamento. No dia 20 de Abril pagou-se a todos os fornecedores de Alpiarça e neste momento está-se a efectuar o pagamento aos pequenos credores. Na próxima semana iniciar-se-á a fase de pagamento aos credores de montantes mais elevados, passando-se em seguida às entidades intermunicipais. Por fim, pagar-se-ão os processos que têm estado em contencioso.

Quanto à tolerância de ponto na quinta-feira Santa da parte da manhã, o Vereador explicou que o Executivo decidiu conceder esta benesse aos trabalhadores da Autarquia para os recompensar da crescente dedicação e entrega ao seu trabalho que este Executivo tem testemunhado ao longo deste ano e meio de mandato. Foi esta a forma que o Executivo encontrou de agradecer a forma empenhada como os trabalhadores têm cumprido a sua missão.



O Presidente da Mesa passou então a palavra ao Vereador Mário Peixinho para responder às questões relacionadas com os seus pelouros.

Em relação ao observatório do Paul da Gouxa, o Vereador começou por afirmar que o deputado Paulo Sardinheiro deve ter ido ao local já há algum tempo, uma vez que todas as infra-estruturas já foram reparadas. O Vereador aproveitou ainda para lamentar que ao serem colocadas as infra-estruturas não se tivesse feito nenhum tratamento às madeiras, e acrescentou que assim que puder mandará funcionários da autarquia aplicar tratamentos a fim de que as madeiras se possam conservar. Explicou que essas infra-estruturas estão integradas num projecto mais vasto chamado Ripidurable e que este a dada altura não teve a continuidade que devia ter tido por falta de verbas. Em todo o caso o Executivo está empenhado em fazer o que estiver ao seu alcance para que a ideia não morra.

Quanto à alegada plataforma de produtores de melão, o Vereador afirmou estar a ouvir falar pela primeira vez em tal coisa, pelo que pediu ao deputado para, se puder, o elucidar sobre essa matéria.

Já no que toca aos buracos na Zona Industrial, situação herdada por este Executivo, o Vereador admitiu que se trata uma situação complicada de resolver, mas que ia tentar dar-lhe a volta enquadrando a solução no Plano de Saneamento Financeiro.

Ainda sobre a Zona Industrial, o Vereador informou os deputados que o anterior Executivo devia ter apresentado um projecto para requalificação da zona frontal, com participação na ordem dos oitenta mil euros, mas o projecto, tendo sido iniciado em Dezembro de 2008, só foi terminado em Dezembro de 2010, já sob a alçada do actual Executivo.

Quanto às palavras de apreço do deputado João de Brito, o Vereador fica reconhecido, mas de facto está na vida política apenas e só para fazer o melhor possível e tentar ajudar as pessoas, pelo que não há necessidade de agradecer o que seja.

Interveio o deputado João de Brito explicando ao Vereador Mário Peixinho que se tinha limitado a enaltecer a sua intervenção na resolução dos problemas.

Quanto à tolerância de ponto, o deputado afirmou não ser contra esse tipo de benesses, mas considera que dada a situação lastimosa em que nos encontramos esta tolerância de ponto concedida pela Câmara foi descabida.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada começou por felicitar a Autarquia pela limpeza das bermas da Estrada do Campo, estrada que suscita algumas preocupações à deputada pela forma como foi construída. A deputada sugeriu que o Executivo fizesse um apelo aos proprietários dos terrenos contíguos para não entupirem as manilhas das suas entradas.

A deputada referiu-se ainda ao Plano de Saneamento Financeiro. Entende a deputada que a Autarquia está de parabéns pela aprovação do Plano, embora isso não signifique que se tenha de concordar com ele ou que se passe a pensar que esta era efectivamente a única alternativa. Acrescentou também que não compete aos deputados arranjar alternativas.

Tendo ficado a saber que a Câmara reuniu com os credores para anunciar que ia saldar as dívidas, a deputada declarou que entende esta medida desnecessária. O que se impunha era pagar a dívida, e não fazer um comício a anunciar a intenção de pagar. A deputada leu ainda uma comunicação que a Autarquia enviou por info-mail à população, na qual figuravam as entidades que iam receber o pagamento devido. A deputada espantou-se de lá não constar a tão proclamada dívida à ADSE, isto depois de o Executivo andar tanto tempo a insistir em incluir essa dívida. Perguntou a deputada se isto significa que a Autarquia não tem, ao contrário do que dava a entender, a intenção de pagar.

Por último a deputada referiu-se à candidatura do Presidente da Câmara às listas para a eleição dos deputados nacionais. Partindo do princípio que o Presidente só se candidata porque espera ser eleito, a deputada entende que esta decisão é estranhíssima, porque ou o Presidente é eleito e então tem de renunciar ao cargo, o que representa uma falta de consideração para com a população alpiarcense, ou então é eleito e renuncia ao cargo de deputado e então está a enganar os eleitores nacionais. Em qualquer dos casos, não parece à deputada que sejam opções muito correctas.

Interveio em seguida o deputado Celestino Brasileiro. O deputado lamentou que o projecto Ripidurable tivesse fracassado e que as próprias infra-estruturas criadas no âmbito desse projecto estivessem ao abandono, situação que este Executivo veio a encontrar quando tomou posse. O deputado considera que se tratava de um projecto muito estimulante, mas se se previa que não se podia dar-lhe continuidade após a conclusão dos trabalhos, então talvez fosse preferível não o ter iniciado, dado que de qualquer forma, depois do impulso inicial, o projecto está praticamente morto. O mesmo acontece, por exemplo, com o projecto dos passeios pedonais da Vala, que se encontra deteriorado.

Sobre a plataforma de produtores de melão, o deputado afirmou que, a ser verdade, trata-se de uma iniciativa muito importante, dado que Alpiarça é uma terra que historicamente sempre esteve ligada ao cultivo desse fruto.

Já quanto à candidatura do Presidente da Câmara a deputado da Assembleia da República, o deputado entende que se trata de uma questão interna dos partidos.

Interveio em último lugar o deputado Paulo Sardinheiro. Afirmou partilhar da tristeza do deputado Celestino Brasileiro pelo estado em que se encontra o projecto Ripidurable. É tanto mais triste quanto se pode constatar que, dois anos após a tomada de posse do Executivo CDU, este projecto iniciado pelo Executivo PS não tem tido continuidade. O deputado referiu-se ainda a um projecto constante do programa eleitoral da CDU, que apontava para a criação de um observatório astronómico, e que poderia juntar-se ao Ripidurable para benefício de ambos.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo, que passou a responder na pessoa do Vereador Carlos Pereira. O Vereador mostrou-se espantado pelo facto de a deputada Graciete Brito, que já tem em sua posse o Plano de Saneamento Financeiro desde Junho de 2010, estar a perguntar qual é a intenção do Executivo face à dívida da ADSE, quando ela está explícita no documento.

O Vereador Mário Peixinho pediu a palavra para dizer que concorda com o deputado Paulo Sardinheiro quando diz que é uma

pena o Ripidurable não ser continuado. Acontece que para continuar com o projecto seriam necessários mais cerca de 300 mil euros, dinheiro que a Autarquia não tem. Em todo o caso, o Vereador mantém a esperança de que se volte a ter condições para pegar no projecto.

Em relação à candidatura do Presidente da Câmara, o deputado afirmou que é evidente que a CDU não está à espera de eleger 4 deputados por Santarém. De qualquer forma, lembrou que ainda durante o último mandato o Presidente socialista em exercício abandonou a Câmara por um cargo para o qual foi internamente nomeado.

### **Período da Ordem do Dia**

Registou-se a ausência da deputada Rosa Ramiro a partir das vinte e três horas e dez minutos.

#### **- Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do art.º 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.**

Intervenção da deputada Graciete Brito, criticando o pouco tempo que os deputados têm para fazer uma leitura competente do documento.

Com base na sua leitura transversal, a deputada perguntou a razão pela qual se fez a reunião com os fornecedores para os avisar que o pagamento do valor em dívida iria ser efectuado, e qual o teor da reunião do dia dez de Março com a massa falida da empresa Planotejo.

O Executivo passou a responder na pessoa do Vereador Carlos Pereira. Relativamente à reunião com a massa falida da Planotejo, o Vereador informou que se tratou de uma reunião pedida pelo Executivo no sentido de acertar os prazos dos pagamentos que a Câmara tem de fazer a essa entidade após decisão judicial.

Já em relação à reunião do dia vinte de Abril, ela vem na sequência da necessidade que o Executivo sentiu de justificar e pedir

desculpa aos fornecedores de Alpiarça pelo atraso no pagamento dos bens e serviços que prestaram à Autarquia, e de lhes dizer que a Câmara de Alpiarça continua a contar com eles para o futuro.

**-Ponto 2 - Apreciação e Votação – Pedido de reconhecimento de iniciativa de interesse Municipal, relativo à expansão da actividade que a firma Triplanta – Viveiros do Oeste, S.A. concretizou na sua propriedade situada em Quinta de São João – Lagoalva de Cima, Freguesia e Concelho de Alpiarça.**

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro enaltecendo a intenção desta empresa de continuar a investir em Alpiarça. O PS irá votar a favor desta iniciativa porque entende que tudo o que seja a bem do desenvolvimento económico do Município e dos munícipes na sua actividade profissional deve ser acarinhado por todos.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada concorda com as palavras do seu colega de bancada, no entanto acrescentou que lhe parece que o parecer emitido pelos serviços da Câmara que acompanha a proposta devia ser mais explícito na informação que dá sobre a questão, nomeadamente no que respeita à classificação da zona em PDM como sendo uma zona REN.

Interveio em seguida o deputado João de Brito, afirmando que parecer técnico lhe parece muito bem fundamentado e que o projecto, a realizar-se, representa uma mais-valia para o Município.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo na pessoa do Vereador Mário Peixinho. O Vereador explicou à Vereadora Graciete Brito que o que se pretende fazer aprovar é o reconhecimento de que a actividade da empresa é do interesse do Município, a fim de que a empresa possa ter mais essa argumentação para que o seu projecto seja aprovado em sede de PDM. O Vereador afirmou também não entender a razão pela qual foi atribuída aquela classificação àquela zona, esperando no entanto que a revisão do PDM possa repor a justiça no que a isso diz respeito.

Posto à votação, o pedido foi aprovado por unanimidade.

**- Ponto 3 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão de 2010 e documentos de Prestação de Contas 2010.**

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado começou por criticar a introdução do documento, na qual se pode ler informação de carácter político que tenta promover uma actividade autárquica que na opinião do deputado ficou muito aquém das expectativas. Por oposição à argumentação utilizada no documento, o Vereador enalteceu a coragem do anterior Executivo em lançar projectos como as obras na Casa dos Patudos ou a construção do novo Centro Escolar, conquanto essas opções tragam novos encargos. Criticou ainda a opção de elogiar a realização da Alpiagra ou da Festa do Melão, iniciativas que na opinião do deputado trouxeram muito pouca mais-valia para o Concelho. Em relação à proclamada diminuição da despesa, o deputado referiu que com menos obra há com toda a certeza menos despesa.

Relativamente aos números, o deputado perguntou pela razão para a diminuição de receita na rubrica das taxas, multas e outras penalidades. Perguntou o deputado se houve mais gente a portar-se bem ou se houve uma diminuição do rigor na aplicação dos regulamentos.

Pedi também que o Executivo justificasse o aumento exponencial do rendimento de propriedades e que explicasse que bens de investimento foram vendidos.

Em relação aos impostos cobrados, o deputado estranhou e pediu esclarecimentos no que toca à quebra de cobrança de IMI e da Derrama, já que a tendência da receita deste imposto é aumentar ou estagnar, e nunca descer.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado reparou que no mapa extensíssimo de dívidas a terceiros aparece uma dívida ao Partido Comunista Português no valor de 600 euros. O deputado pergunta que serviços o Partido Comunista presta para que o município lhe esteja a dever dinheiro. Ainda relativamente à dívida, o deputado pediu esclarecimentos para o desaparecimento da dívida à Planotejo, cifrada em 1 de Janeiro de 2010 em 146.122,00€.

Interveio em seguida o deputado Celestino Brasileiro para lembrar que as obras da Casa dos Patudos e do Centro Escolar foram realizadas já durante este mandato e pagas por este Executivo. Mesmo o visto do Tribunal de Contas para a obra dos Patudos teve de ser pedido pelo actual Executivo. O deputado referiu ainda, a

propósito da reivindicação para o PS das obras mencionadas, que o mandato do PS que mais obra deixou foi o primeiro, e que isso se deveu ao facto de a CDU ter deixado muitos projectos aprovados e alguns já iniciados.

Quanto ao Festival do Melão, o deputado defendeu que de maneira nenhuma se tratou de uma iniciativa interna, tão-só tratou-se de uma primeira edição e, como tudo o que nasce, nasce pequeno e depois cresce. Em todo o caso, o Festival do Melão teve impacto em rádios, na imprensa e na televisão, espaço de antena para a divulgação de Alpiarça e do melão que não é de desprezar.

O Executivo passou a responder na pessoa do Vereador Carlos Pereira. Relativamente ao rendimento de propriedades, o aumento que se registou deve-se à contabilização de rendas da EDP que estavam a ser mal efectuadas. O valor estava a ser inscrito na venda de bens e serviços correntes.

Quanto à venda de bens de investimento, trata-se da venda de dois lotes da Zona Industrial.

A dívida ao PCP diz respeito a publicidade que a Autarquia mandou publicar na revista da Festa do Avante.

Para responder às restantes perguntas de carácter técnicas feitas pelo deputado Paulo Sardinheiro, o Vereador Carlos Pereira deu a palavra ao Assessor do Presidente, José Marcelino. Este começou por explicar que a redução na receita do IMI deve-se essencialmente aos pedidos de isenção de novos compradores. Quanto à Derrama, a redução deve-se ao difícil momento que as empresas atravessam, dado que não tendo lucro não há lugar ao pagamento do imposto.

Em relação às taxas, o decréscimo deve-se também ao momento menos bom que a construção civil atravessa; não havendo obras, não há lugar à cobrança de taxas. Além disso, por via do atraso na aprovação da nova lei das taxas, a Câmara esteve impedida de as cobrar por um período de cerca de um mês.

Por último, em relação à dívida da Planotejo, ela não foi incluída da mesma forma que não foram incluídas outras dívidas em contencioso.

Passou-se à votação. O Relatório de Gestão de 2010 e documentos de Prestação de Contas 2010 foi aprovado por maioria com dez votos a favor e 5 abstenções dos deputados eleitos pelo PS.

O deputado Paulo Sardinheiro fez declaração de voto em nome da sua bancada. A abstenção justifica-se no facto de considerarem que se trata de um documento com algum carácter político que carece de certificação por parte de um ROC que possa atestar a sua validade.

O deputado João de Brito fez declaração de voto. Afirmou que votou favoravelmente porque reconhece que houve contenção nas despesas.

**- Ponto 4 – Apreciação e votação do Empréstimo excepcionado de 200.000,00 euros, referente ao financiamento de Longo Prazo para fazer face à participação da C.M.A. de 20% da obra da Casa Museu dos Patudos.**

Intervenção do deputado Fernando Ramalho, dizendo que por este documento se pode aferir da coragem e justeza do anterior Executivo ao trazer esta grande obra para Alpiarça. Lamentou por isso que se tivessem levantado entraves à sua realização a propósito da falta do visto do Tribunal de Contas. O certo é que a obra foi lançada e está agora quase acabada, o visto acabou por vir e o dinheiro correspondente a 80% do custo já foi entregue à Autarquia e já está investido. Quanto a este empréstimo, o deputado estranhou que depois de tudo o que se disse sobre o passivo que este Executivo herdou e o Plano de Saneamento Financeiro que esse passivo motivou, se venha ainda pedir autorização à Assembleia para contratar mais um empréstimo, isto depois de a Câmara ter recebido 6 milhões de euros para, alegadamente, fazer frente a estas dívidas. Para além disso, este empréstimo tem um spread elevadíssimo.

Intervenção da deputada Graciete Brito, dizendo-se espantada com esta proposta da CDU, uma vez que o Partido Comunista sempre votou contra qualquer proposta do anterior Executivo de contrair empréstimos. Reiterou as afirmações do deputado Fernando Ramalho, já que pressupunha que o Plano de Saneamento Financeiro englobasse também esta dívida, tanto mais que já estava contabilizada.



Neste momento o Presidente da Mesa colocou à votação a continuação dos trabalhos para além da meia-noite.

A continuação dos trabalhos foi aprovada por unanimidade.

O deputado Fernando Ramalho fez declaração de voto. O deputado votou favoravelmente porque os trabalhos estão quase a terminar, situação que não se verificou nas outras vezes em que votou contra a continuação dos trabalhos.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado reconheceu que esta obra dignifica o Concelho e que há méritos tanto do anterior como do actual Executivo. De qualquer forma, o deputado também considera que o spread pedido pelo banco é demasiado elevado. O deputado perguntou por isso se o spread foi proposto pela Câmara ou imposto pela entidade bancária. De resto, o deputado é da opinião de que a obra tem de ser terminada e chamou a atenção para a necessidade de rentabilizar o espaço.

Interveio em seguida o deputado Celestino Brasileiro. O deputado voltou a frisar o valor e a importância da Casa dos Patudos para o Concelho e a reconhecer a necessidade da requalificação em curso. Quanto ao empréstimo, o deputado entende que a concessão de excepcionamento por parte do Ministro das Finanças é prova suficiente do reconhecimento da necessidade da contracção deste empréstimo para que a Autarquia possa cumprir os seus compromissos.

Pedi ainda a palavra o deputado Marco Silva para explicar ao deputado Fernando Ramalho que o produto do empréstimo do Saneamento Financeiro só pode ser utilizado para o pagamento da dívida já contraída e não para o pagamento de dívida ou obras em curso.

Intervenção do deputado João de Brito mencionando o facto de o excepcionamento para este empréstimo ter sido concedido pelo governo socialista. Entende o deputado que a Bancada do PS, ao criticar este empréstimo, está a perder a oportunidade de retirar dividendos desta aprovação.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Vereador Carlos Pereira. Para explicar a necessidade da contracção deste empréstimo, o Vereador fez suas as palavras do deputado Marco Silva. O Vereador

lembrou ainda que desde a data do arranque das obras até à entrada do processo no Tribunal de Contas passaram 10 meses. A CDU votou a favor do projecto mas sempre alertou para a necessidade de primeiro fazer aprovar o projecto, a fim de que a obra seguisse todos os trâmites legais.

O deputado Paulo Sardinheiro afirmou que essa atitude é louvável, uma vez que a Câmara avançou desde logo com a obra e quando o projecto deu entrada no Tribunal de Contas já a obra tinha alguma maturidade. Lembrou ainda que existiam prazos a cumprir para a obtenção dos fundos comunitários.

Posto à votação, o empréstimo foi aprovado por maioria com 9 votos a favor, um voto contra do deputado Fernando Ramalho, e 4 abstenções dos restantes deputados da bancada do PS.

### **Período de Intervenção do Público**

Não houve inscrições.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, eram 00,30h, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata. Que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente \_\_\_\_\_

1º Secretário \_\_\_\_\_

2º Secretário \_\_\_\_\_